



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026

UASG nº 102130 - MZ

Museu de Zoologia

Processo SEI nº 154.00009050/2026-64

OBJETO

Fornecimento de Reagentes, insumos químicos, nos termos do inciso II do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 61.086,31

DATA DA SESSÃO

Dia 03/07/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09:00h até 15:00h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO por ITEM

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	5
4. FASE DE LANCES	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
6. HABILITAÇÃO	10
7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	11
8. CONTRATAÇÃO	12
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

Museu de Zoologia

Processo SEI nº 154.00009050/2026-64

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio do(a), Museu de Zoologia, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do inciso II, caput, do artigo 75 da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#) e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o fornecimento de Reagentes, insumos químicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.
 - 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento/serviço que pretende atender.
 - 2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
 - 2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Para o(s) item(ns) ETANOL (ALCOOL ETILICO) ABSOLUTO P.A. ACS, FRASCO COM 1000 ML, TETRABORATO DE SODIO P. A. ISO, DESODORIZADOR AMBIENTAL,NAFTLENO,COMPOSTO HIDROCARBONETO AROMATICO, MP CANFORA 100% C10H16O, REAGENTES QUIMICOS PEROXIDO DE HIDROGENIO 200 VOL (50%), HIDROXIDO DE POTASSIO PA; CAS: 1310-58-3, REAGENTE GLICERINA PA (GLICEROL), ACIDO ACETICO GLACIAL PA; CAS: 64-19-7, REAGENTE ALCOOL ETILICO ABSOLUTO PA, ETER ETILICO PA ; CAS: 60-29-7, ALCOOL ETILICOCATEGORIA REAGENTE QUIMICO COM TEOR DE NO MINIMO 96%, RE a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.
- 2.3. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar federal nº 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 e no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);
- 2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- h) a vedação de que trata a alínea g deste subitem, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- j) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.5. Será permitida a participação de:

- a) cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#).
 - a.1) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no [no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto na alínea "c" do subitem 2.4.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4.1. Quando o objeto abranger a contratação de serviços, a proposta deverá conter

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da proposta/planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que compõe o Anexo I deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer/utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 3.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
 - 3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 (**se admitida a participação de cooperativas**) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do [artigo 4º supracitado, conforme especificado no item 3.9.1 subsequente](#).
 - 3.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006 as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021.

- 3.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 3.9.1, o fornecedor deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 3.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
 - 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.
 - 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.
 - 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
 - 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do **ITEM**.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **2,00 %**.

- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver a negociação das condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
 - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, na hipótese de modelo disponibilizado pela Administração neste Aviso, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.4. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 5.4.1. SICAF;
- 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 5.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 5.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 5.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5. Sempre que aplicável, as consultas aos cadastros acima serão realizadas em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
 - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
 - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **60 (sessenta)** minutos, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º - [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 7.2. O Agente de Contratação irá consultar os fornecedores, via chat, sobre eventual intenção de interpor recurso.
- 7.3. A intenção de recorrer, devidamente motivada, deverá ser manifestada imediatamente, via CHAT, sob pena de preclusão;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 7.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 7.5. As razões recursais deverão ser encaminhadas via e-mail: **matermz@usp.br** no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do ato de habilitação ou inabilitação.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal via e-mail: **matermz@usp.br**.
- 7.10. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, exauridos os recursos administrativos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no artigo 71 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
 - 8.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
 - 8.1.2. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar;
 - 8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL" nos termos da Lei Estadual nº 12.799 /2008;
 - 8.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 5.4.
- 8.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
 - 8.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no Termo de Referência que compõe o Anexo I deste Aviso;

- 8.2.2. outra(s) exigência(s) que seja(m) definida(s) no Termo de Referência.
- 8.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 8.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 8.3.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 8.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 8.4. O Aceite do instrumento equivalente, quando houver, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 8.4.1. referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
 - 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, quando houver.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Aviso, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
 - 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
 - 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa (art. 24 - Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024), às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea "b" - Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
 - 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).
- 9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. As multas devidas pelo contratado poderão ser compensadas com pagamentos

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 - Resolução USP nº 8548/2023).

- 9.14. As multas e demais débitos não pagos pelo contratado são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723 /2016.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
 - 9.15.1. CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
 - 9.15.2. CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 9.15.3. Sistema e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
 - 9.15.4. Sistema Apenados do TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
 - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
 - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
 - ANEXO I - Termo de Referência
 - ANEXO II - Proposta Comercial
 - ANEXO III - Redução de Lances
 - ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato
 - ANEXO V - Planilha de Custos e Formação de Preços
 - ANEXO VI - Orientações sobre a retenção de imposto de renda
 - ANEXO VII - Material em Garantia
 - ANEXO VIII - Abertura de Conta no Banco do Brasil
 - ANEXO IX - Termo de Ciência e de Notificação

São Paulo, na data da assinatura digital.

Luis Fábio Silveira
Diretor de Museu

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO
CONTRATAÇÃO DIRETA**

MUSEU DE ZOOLOGIA - USP

Processo SEI nº 154.00009050/2026-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de reagentes químicos e insumos de laboratório, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ETANOL (ÁLCOOL ETÍLICO) ABSOLUTO P.A. ACS, FRASCO COM 1000 ML. Teor alcoólico mínimo de 99,5%. Reagente orgânico para uso em laboratório.	336483	FRASCO 1 LITRO	30	R\$ 63,55	R\$ 1.906,50
2	TETRABORATO DE SÓDIO P.A. ISO. Peso molecular: 381,37 g/mol. Aspecto físico: pó branco, cristalino, inodoro. Fórmula: Na ₂ B ₄ O ₇ .10H ₂ O (decahidratado). Pureza mínima de 99%. CAS 1303-96-4.	230227	FRASCO 500 GRAMA	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
3	NAFTALENO REAGENTE P.A. Aspecto físico: partículas sólidas brancas. Peso molecular: 128,17	348139	PACOTE 1 QUILOGRAMA	20	R\$ 48,01	R\$ 960,20

Página 1 | 13

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5006/2024 – (versão 13/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

	g/mol. Fórmula: C10H8. Pureza mínima de 98%. CAS 91-20-3.					
4	CÂNFORA REAGENTE. Em pastilhas de odor aromático penetrante. Fórmula: C10H16O. Massa molecular: 152,23 g/mol. Pureza mínima de 95%. CAS 76-22-2.	239003	QUILOGRAMA	20	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00
5	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 200 VOL (50%) - 1000 mL.	259470	QUILOGRAMA	6	R\$ 32,71	R\$ 196,26
6	ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO PA ACS ISO. Aspecto físico: líquido. Fórmula: C2H5OH. Peso molecular: 46,07 g/mol. Pureza mínima de 99,9%. CAS 64-17-5.	271853	FRASCO 1 LITRO	5	R\$ 63,65	R\$ 318,25
7	ÉTER ETÍLICO PA. Concentração: 35%. Formulação especialmente manipulada. CAS 60-29-7.	271853	FRASCO 1 LITRO	1	R\$ 132,00	R\$ 132,00
8	HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO P.A./ACS. Aspecto físico: escama ou lentilha branca, inodora, higroscópica. Fórmula: KOH. Peso molecular: 56,11 g/mol. Teor mínimo de 85%. CAS 1310-58-3.	271853	QUILOGRAMA	1	R\$ 64,32	R\$ 64,32
9	GLICEROL (GLICERINA) P.A. Aspecto físico: líquido límpido, incolor. Fórmula: C15H26O6 (tributirina). Massa molar: 302,36 g/mol. Pureza mínima de 97%. CAS 60-01-5.	271853	FRASCO 1 LITRO	3	R\$ 30,65	R\$ 91,95



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

10	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL P.A. Aspecto físico: líquido. Peso molecular: 60,05 g/mol. Fórmula: C ₂ H ₄ O ₂ . Pureza mínima de 99,8%. Grau LC-MS. CAS 64-19-7.	271853	FRASCO 1 LITRO	1	R\$ 47,83	R\$ 47,83
11	(1R)-(+)-CÂNFORA REAGENTE. Aspecto físico: fino cristal incolor, de odor aromático penetrante. Fórmula: C ₁₀ H ₁₆ O. Massa molecular: 152,23 g/mol. Pureza mínima de 95%. CAS 76-22-2.	259470	QUILOGRAMA	10	R\$ 148,30	R\$ 1.483,00 (média)
12	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO CATEGORIA REAGENTE QUÍMICO. Aspecto físico: líquido límpido, incolor. Teor alcoólico mínimo de 96°GL. Pureza mínima de 93°INPM. Fórmula: C ₂ H ₅ OH. Acondicionado em bombonas de 50 litros. CAS 64-17-5.	228060	UNIDADE (BOMBONA 50L)	100	R\$ 524,86	R\$ 52.486,00 (média)

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias corridos** contados da **data de início do fornecimento** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Subcontratação

- 1.3. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000019/2026;
 - II. Data de publicação no PNCP: 15/06/2025;
 - III. Id do item no PCA: 171 (demanda 202600100910), 166, 177, 182, 193 (demanda 202600141888), 168, 170, 179, 180, 181 (demanda 202600171116), 169 (demanda 202600188698), 166 (demanda 202600189627);
 - IV. Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS; 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS (item 5);
 - V. Identificador da Futura Contratação: 102130-18/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fiscalização Técnica

- 6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.4. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.5. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.6. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.11. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Página 5 | 13

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5006/2024 – (versão 13/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

6.12.1. N/A;

6.12.2. N/A;

Gestor do Contrato

- 6.13. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Página 6 | 13

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5006/2024 – (versão 13/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15** dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 7.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 7.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 7.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 7.12. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com

Página 7 | 13

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5006/2024 – (versão 13/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.13.1. **N/A;**

7.13.2. **N/A;**

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15** dias úteis.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 8.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 8.12. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 8.14. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).
 - 8.14.1. São condições para a liberação do pagamento:
 - a) O recebimento definitivo do objeto;
 - b) A entrega da documentação fiscal completa;
 - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.
- 8.15. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

Página 10 | 13

Aprovado pelo Parecer PG.P. nº 5006/2024 – (versão 13/03/2024)
Termo de Referência Fornecimento – Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.15.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 8.15.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.
- 8.16. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 8.17. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 8.18. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 8.19. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.21.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 8.21.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.22. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- 9.3. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso II, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
- 9.3.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;
- 9.3.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.3.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 61.086,31 (sessenta e um mil, oitenta e seis reais e trinta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 2026/MZ
- II. Fonte de Recursos: Tesouro Estadual
- III. Programa de Trabalho: 12.122.4807.6351
- IV. Elemento de Despesa: 339030
- V. Plano Interno: N/A

11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 25 de junho de 2026.

André Augusto Rodrigues
Agente de contratação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – MUSEU DE ZOOLOGIA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

Processo SEI nº 154.00009050/2026-64 Compra nº 202600075729 / 38 – MZ

PROPOSTA COMERCIAL

Aquisição de Reagentes Químicos e Insumos de Laboratório

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR PROPONENTE

Razão Social:	_____
CNPJ:	_____
Endereço:	_____
Município / UF:	_____
CEP:	_____
Telefone:	_____
E-mail:	_____
Representante Legal:	_____
CPF do Representante:	_____
Banco / Agência / Conta Corrente:	_____
Optante pelo Simples Nacional:	() Sim () Não
Porte da Empresa:	() ME () EPP () Demais

2. PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento dos itens abaixo especificados, nos termos do Termo de Referência e do Aviso de Contratação Direta do Processo SEI nº 154.00009050/2026-64, com os preços destacados nas colunas indicadas em amarelo:

Nº	Especificação / Descrição do Item	Unidade	Qtd.	Método	VI. Ref. Unit. (R\$)	VI. Ofertado Unit. (R\$)	VI. Total Ofertado (R\$)
1	Etanol (Álcool Etilíco) Absoluto P.A. ACS – frasco com 1.000 mL, teor alcoólico mínimo de 99,5%. CATMAT 336483.	Frasco 1 L	30	Mediana	R\$ 63,55	R\$	R\$
2	Tetraborato de Sódio P.A. ISO – frasco 500 g, pureza mínima de 99%, fórmula $Na_2 B_4 O_7 \cdot 10H_2 O$, CAS 1303-96-4. CATMAT 230227.	Frasco 500 g	6	Mediana	R\$ 100,00	R\$	R\$
3	Naftaleno Reagente P.A. – pacote 1 kg, pureza mínima de 98%, fórmula $C_{10} H_8$, CAS 91-20-3. CATMAT 348139.	Pacote 1 kg	20	Mediana	R\$ 48,01	R\$	R\$

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

4	Cânfora Reagente – caixa com 16 un. em pastilhas, pureza mínima de 95%, fórmula $C_{10}H_{16}O$, massa molar 152,23 g/mol, CAS 76-22-2. CATMAT 239003.	Caixa 16 un.	20	Mediana	R\$ 140,00	R\$	R\$
5	Peróxido de Hidrogênio 200 Vol (50%) – frasco 1.000 mL. CATMAT 259470.	kg	6	Mediana	R\$ 32,71	R\$	R\$
6	Álcool Etílico Absoluto P.A. ACS ISO – frasco 1 L, pureza mínima de 99,9%, fórmula C_2H_5OH , CAS 64-17-5. CATMAT 271853.	Frasco 1 L	5	Mediana	R\$ 63,65	R\$	R\$
7	Éter Etílico P.A. 35% – frasco 1 L, formulação especialmente manipulada, CAS 60-29-7. CATMAT 271853.	Frasco 1 L	1	Mediana	R\$ 132,00	R\$	R\$
8	Hidróxido de Potássio P.A./ACS – 1 kg, aspecto físico: escama ou lentilha branca, higroscópica, teor mínimo de 85%, fórmula KOH, CAS 1310-58-3. CATMAT 271853.	kg	1	Mediana	R\$ 64,32	R\$	R\$
9	Glicerol (Glicerina) P.A. – frasco 1 L, pureza mínima de 97%, fórmula $C_{15}H_{26}O_6$ (tributirina), CAS 60-01-5. CATMAT 271853.	Frasco 1 L	3	Mediana	R\$ 30,65	R\$	R\$
10	Ácido Acético Glacial P.A. Grau LC-MS – frasco 1 L, pureza mínima de 99,8%, fórmula $C_2H_4O_2$, CAS 64-19-7. CATMAT 271853.	Frasco 1 L	1	Mediana	R\$ 47,83	R\$	R\$
11	(1R)-(+)-Cânfora Reagente – frasco 25 g, fino cristal incolor, pureza mínima de 95%, fórmula $C_{10}H_{16}O$,	Frasco 25 g	10	Média	R\$ 148,30	R\$	R\$

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

	CAS 76-22-2. CATMAT 259470.						
12	Álcool Etílico Hidratado 96°GL – bombona 50 L, teor alcoólico mínimo de 96°GL, pureza mínima de 93°INPM, fórmula C ₂ H ₅ OH, acondicionado em bombonas de 50 litros, CAS 64-17-5. CATMAT 228060.	Bombona 50 L	100	Média	R\$ 524,86	R\$	R\$
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO					R\$ 61086,31	VALOR TOTAL OFERTADO: R\$	

Nota: As colunas em amarelo ('VI. Ofertado') devem ser preenchidas pelo fornecedor proponente. O valor total de referência da contratação (R\$ 61.086,31) constitui o teto máximo admitido por item. A seleção será pelo **menor preço por item**.

3. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Prazo de validade da proposta:	60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação.
Prazo de entrega:	30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual.
Local de entrega:	Museu de Zoologia – Av. Nazaré, 481 – Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04263-000.
Prazo de pagamento:	28 (vinte e oito) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal.
Forma de pagamento:	Ordem bancária – depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A.
Garantia dos produtos:	Conforme Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
Frete:	CIF – por conta e responsabilidade do fornecedor.
Os preços ofertados incluem:	Todos os impostos, taxas, encargos, fretes e demais despesas incidentes.

4. DECLARAÇÕES DO PROPONENTE

<p>O proponente declara, sob as penas da lei, que:</p> <p>a) tomou conhecimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta, comprometendo-se a cumpri-las integralmente;</p> <p>b) os preços propostos contemplam todos os custos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo tributos, fretes, embalagens, seguros e demais encargos;</p> <p>c) os produtos ofertados atendem às especificações técnicas constantes do Termo de Referência (grau de pureza, fórmula química, número CAS e demais requisitos);</p> <p>d) não está impedida de contratar com a Administração Pública, não figurando no CEIS, CNEP, CEEP, e-Sanções, nem na relação de apenados do TCE-SP;</p> <p>e) não possui em seu quadro funcional menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, XXXIII, CF/88);</p> <p>f) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho (art. 117, § único, Constituição Estadual de SP);</p> <p>g) não emprega trabalho degradante ou forçado (art. 1º, III e IV, e art. 5º, III, CF/88);</p>

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

h) *inexiste qualquer fato impeditivo à sua habilitação e que está ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores;*
i) *as informações prestadas nesta proposta são verdadeiras e fidedignas.*

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADOS

Em conformidade com o art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304/2024 (Inciso II) e os termos do Aviso de Contratação Direta, apresentamos os seguintes documentos:

()	Certidão de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa – Fazenda Estadual do domicílio/sede.
()	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa.
()	Certidão conjunta RFB/PGFN – regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e Seguridade Social.
()	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Local e Data: _____, _____ de _____
de 2026.

[Razão Social da Empresa Proponente]

[Nome do Representante Legal]

[Cargo] – CPF nº _____

Esta proposta comercial integra o processo de contratação direta por dispensa de licitação (art. 75, II, Lei nº 14.133/2021) do Museu de Zoologia da USP.

Os preços de referência constantes da coluna 'VI. Ref. Unit.' foram apurados mediante pesquisa de preços formalizada no Processo SEI nº 154.00009050/2026-64 (Compra nº 202600075729), adotando-se a mediana para os itens 1 a 10 e a média para os itens 11 e 12, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O fornecedor vencedor será aquele que ofertar o menor preço por item, respeitado o valor de referência como teto máximo por item. Propostas que superem o valor de referência unitário serão desclassificadas.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

ANEXO III - REDUÇÃO DE LANCES

O valor mínimo de redução entre lances será aplicado sobre o preço **TOTAL DO ITEM** em disputa.

LIMITE MÍNIMO DE REDUÇÃO DOS LANCES
2,00 %

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ZOOLOGIA – USP

MINUTA DE CONTRATO
CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021

Processo SEI nº 154.00009050/2026-64

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP, autarquia de regime especial criada pela Lei Estadual nº 5.143, de 1986, inscrita no CNPJ/MF sob nº 63.025.530/0001-04, com sede na Rua da Reitoria, 374 – Butantã, São Paulo/SP – CEP 05508-220, neste ato representada pelo Diretor do Museu de Zoologia, Prof. Dr. Luis Fábio Silveira, doravante denominada **CONTRATANTE**;

E, de outro lado, a empresa **[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **[CNPJ]**, com sede na **[ENDEREÇO COMPLETO]**, CEP **[CEP]**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(sua) **[CARGO]**, **[NOME DO REPRESENTANTE]**, [qualificação: nacionalidade, estado civil, profissão], portador(a) do RG nº **[RG]** e CPF nº **[CPF]**;

Resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição de reagentes químicos e insumos de laboratório, destinados ao Museu de Zoologia da USP (MZUSP), conforme especificações, quantidades e valores constantes da tabela abaixo, que integram o Termo de Referência do Processo SEI nº 154.00009050/2026-64:

Nº	Especificação	CATMAT	Unidade	Qtd.	Vi. Unit.	Vi. Total
1	Etanol (Álcool Etílico) Absoluto P.A. ACS – frasco 1 litro (≥ 99,5%)	336483	Frasco 1 L	30	R\$ 63,55	R\$ 1.906,50
2	Tetraborato de Sódio P.A. ISO – frasco 500 g (≥ 99%)	230227	Frasco 500 g	6	R\$ 100,00	R\$ 600,00
3	Naftaleno Reagente P.A. – pacote 1 kg (≥ 98%)	348139	Pacote 1 kg	20	R\$ 48,01	R\$ 960,20
4	Cânfora Reagente – caixa 16 un. (≥ 95%)	239003	Caixa 16 un.	20	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00
5	Peróxido de Hidrogênio 200 Vol (50%) – 1.000 mL	259470	kg	6	R\$ 32,71	R\$ 196,26
6	Álcool Etílico Absoluto P.A. ACS ISO – frasco 1 litro (≥ 99,9%)	271853	Frasco 1 L	5	R\$ 63,65	R\$ 318,25
7	Éter Etílico P.A. 35% – frasco 1 litro	271853	Frasco 1 L	1	R\$ 132,00	R\$ 132,00
8	Hidróxido de Potássio P.A./ACS – 1 kg (teor mín. 85%)	271853	kg	1	R\$ 64,32	R\$ 64,32
9	Glicerol (Glicerina) P.A. – frasco 1 litro (≥ 97%)	271853	Frasco 1 L	3	R\$ 30,65	R\$ 91,95
10	Ácido Acético Glacial P.A. Grau LC-MS – frasco 1 litro (≥ 99,8%)	271853	Frasco 1 L	1	R\$ 47,83	R\$ 47,83

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

11	(1R)-(+)-Cânfora Reagente – frasco 25 g (≥ 95%)	259470	Frasco 25 g	10	R\$ 148,30	R\$ 1.483,00
12	Álcool Etílico Hidratado 96°GL – bombona 50 L (≥ 93°INPM)	228060	Bombona 50 L	100	R\$ 524,86	R\$ 52.486,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 61.086,31

1.2. Em caso de eventual divergência entre as especificações do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Contrato ou do Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste Contrato e do Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Estadual nº 67.985, de 2023.

1.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, em remessa única.

2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela CONTRATANTE, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Museu de Zoologia – Prédio Principal; Avenida Nazaré, 481 – Ipiranga – São Paulo/SP, CEP 04263-000, em dias úteis, no horário das 09h às 16h.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ 61.086,31 (sessenta e um mil, oitenta e seis reais e trinta e um centavos), conforme valores unitários e totais por item descritos na Cláusula Primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3.3. O preço é fixo e irredutível, dado o prazo de vigência reduzido do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado, atendidas pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade:** 2026/MZ
- II. Fonte de Recursos:** Tesouro Estadual
- III. Programa de Trabalho:** 12.122.4807.6351
- IV. Elemento de Despesa:** 339030
- V. Plano Interno:** N/A

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável

pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação pela Administração.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a 28 (vinte e oito) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, e da Portaria GR nº 8.249/2023.

6.2. São condições para a liberação do pagamento:

- a) o recebimento definitivo do objeto;
- b) a entrega da documentação fiscal completa;
- c) a inexistência de registros da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

6.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, prorrogáveis por igual período quando houver necessidade de diligências.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.

6.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para depósito em conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, sendo vedada a negociação de duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

6.7. Havendo atraso no pagamento por razões não imputáveis à CONTRATADA, o valor devido será atualizado monetariamente pelo IPC-FIPE, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado.

6.8. O CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, independentemente de indicação na nota fiscal.

6.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato designado(s) pela CONTRATANTE, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução do objeto, anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, realizará medições em conformidade com o cronograma e adotará medidas preventivas de controle, informando ao gestor do Contrato situações que demandem decisões além de sua competência, nos termos dos arts. 17 e 18 do Decreto Estadual nº 68.220, de 2023.

7.3. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, atuando tempestivamente em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

7.4. O gestor do Contrato coordenará os atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e os atos preparatórios à instrução processual, visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do Contrato, nos termos do Decreto Estadual nº 68.220, de 2023.

7.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e dos demais normativos aplicáveis, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) fornecer os bens objeto deste Contrato no prazo, local e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- b) substituir, às suas custas, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação, quaisquer bens entregues em desacordo com as especificações ou em quantidade inferior à contratada;
- c) responsabilizar-se por todos os ônus referentes ao fornecimento do objeto, incluindo frete, embalagens, tributos e seguros;
- d) manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- e) comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade ocorrida no fornecimento dos bens e prestar os esclarecimentos solicitados;
- f) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;
- g) cumprir, durante a execução do objeto, as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- h) não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- i) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato;
- b) fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato;
- c) receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

- d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) comunicar à CONTRATADA, por escrito, as irregularidades verificadas na execução do Contrato, fixando prazo para a correção das falhas;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através do fiscal do Contrato designado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução total do Contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para a celebração do Contrato;
- d) não mantiver a proposta ou não celebrar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, pela entrega fora do prazo ou descumprimento de qualquer cláusula contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do item em atraso, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total;
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06 (seis) anos.

10.3. As multas moratória e compensatória poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade.

10.4. As sanções previstas nesta cláusula serão aplicadas após regular processo administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, nos termos dos arts. 138 a 144 da mesma Lei.

11.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, bem como a superveniência de fato impeditivo da execução, autoriza a CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o Contrato, nos termos do art. 138, I, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Em caso de rescisão por inexecução culposa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a adotar as medidas previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato firmado com empresa que venha a ser incluída no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro de Empresas Punidas – CNEP ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP, durante a vigência do Contrato.

12.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, nas hipóteses e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência do Processo SEI nº 154.00009050/2026-64, ao Edital/Aviso de Contratação Direta e à proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, nos Decretos Estaduais aplicáveis e demais normas federais e estaduais de contratações públicas.

14.4. A CONTRATADA declara ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o fiel cumprimento das obrigações do objeto da contratação.

14.5. É vedada a cessão ou transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem prévia anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em meio eletrônico, na forma estabelecida pela legislação vigente.

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Museu de Zoologia – USP
Luis Fábio Silveira
Diretor
CONTRATANTE

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]
[Nome do Representante Legal]
[Cargo]
[CPF nº ...]
CONTRATADA

Testemunhas:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Nota: Esta minuta de contrato integra o Aviso de Contratação Direta e poderá ser ajustada nos dados da CONTRATADA (razão social, CNPJ, endereço, representante e dados pessoais) após a seleção do fornecedor, sem necessidade de alteração das demais cláusulas.

ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – MUSEU DE ZOOLOGIA									
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS									
Contratação Direta – Dispensa de Licitação Art. 75, II, Lei nº 14.133/2021									
Processo SEI nº 154.00009050/2026-64 Compra nº 202600075729 / 38 – MZ									
Objeto: Aquisição de Reagentes Químicos e Insumos de Laboratório – Museu de Zoologia da USP									
Legenda: Fundo amarelo = campo a preencher pelo fornecedor Texto azul = valor de referência (pesquisa de preços) Texto preto = fórmula									
Nº	Especificação / Descrição do Item	Unidade de Medida	Qtd.	VI. Ref. Unit. (R\$)	VI. Ofertado Unit. (R\$)	Custo Total Referência (R\$)	Custo Total Ofertado (R\$)	Variação (%)	
1	Etanol (Alcool Etílico) Absoluto P.A. ACS – frasco 1.000 mL, teor ≥ 99,5%	Frasco 1 L	30	R\$ 63,55		R\$ 1.906,50			
2	Tetraborato de Sódio P.A. ISO – frasco 500 g, pureza ≥ 99%, CAS 1303-96-4	Frasco 500 g	6	R\$ 100,00		R\$ 600,00			
3	Nataleto Reagente P.A. – pacote 1 kg, pureza ≥ 98%, CAS 91-20-3	Pacote 1 kg	20	R\$ 48,01		R\$ 960,20			
4	Cânfora Reagente – caixa 16 un., pureza ≥ 95%, CAS 76-22-2	Caixa 16 un.	20	R\$ 140,00		R\$ 2.800,00			
5	Peróxido de Hidrogênio 200 Vol (50%) – frasco 1.000 mL	kg	6	R\$ 32,71		R\$ 196,26			
6	Alcool Etílico Absoluto P.A. ACS ISO – frasco 1 L, pureza ≥ 99,9%, CAS 64-17-5	Frasco 1 L	5	R\$ 63,65		R\$ 318,25			
7	Éter Etílico P.A. 35% – frasco 1 L, formulação manipulada, CAS 60-29-7	Frasco 1 L	1	R\$ 132,00		R\$ 132,00			
8	Hidróxido de Potássio P.A./ACS – 1 kg, teor mín. 85%, CAS 1310-58-3	kg	1	R\$ 64,32		R\$ 64,32			
9	Glicerol (Glicerina) P.A. – frasco 1 L, pureza ≥ 97%, CAS 60-01-5	Frasco 1 L	3	R\$ 30,65		R\$ 91,95			
10	Ácido Acético Glacial P.A. Grau LC-MS – frasco 1 L, pureza ≥ 99,8%, CAS 64-19-7	Frasco 1 L	1	R\$ 47,83		R\$ 47,83			
11	(1R)-(+)-Cânfora Reagente – frasco 25 g, pureza ≥ 95%, CAS 76-22-2	Frasco 25 g	10	R\$ 148,30		R\$ 1.483,00			
12	Alcool Etílico Hidratado 96°GL – bombona 50 L, pureza ≥ 93°INPM, CAS 64-17-5	Bombona 50 L	100	R\$ 524,86		R\$ 52.486,00			
VALOR TOTAL				R\$ 1.395,88		R\$ 61.086,31		(pendente)	(pendente)

Fonte dos valores de referência: Pesquisa de preços formalizada entre 09/06/2026 e 23/06/2026 (Compra nº 202600075729). Métodos: Mediana para itens 1-10, Média para itens 11-12. Base: art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

ANEXO VI - ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.

ANEXO VII - MATERIAL EM GARANTIA

Eu, _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (Razão Social), inscrita no CNPJ sob nº _____, participante do processo licitatório em epígrafe, da **Universidade de São Paulo**, promovido no âmbito da **Universidade de São Paulo - USP**, declaro para os devidos fins que, durante o período de garantia/validade do(s) bem(ns)/serviço(s), tanto destes quanto das embalagens que o(s) compõem, caso apresentem defeitos, serão substituídos, e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta desta licitante, não cabendo à Universidade quaisquer ônus.

_____, ____ de _____ de _____
(Local) (Data)

(Nome e assinatura do representante legal da Licitante)

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à **habilitação**.

ANEXO VIII - ABERTURA DE CONTA NO BANCO DO BRASIL

A **[Razão Social da Empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[Número do CNPJ]**, com sede em **[Endereço Completo]**, declara que tem conhecimento das normativas que determinam que os pagamentos efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser realizados exclusivamente via conta corrente do Banco do Brasil S.A., conforme o artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023. Caso sejamos a empresa vencedora da licitação, comprometemo-nos a abrir uma conta corrente no Banco do Brasil S.A. e a informar os dados bancários necessários (agência e conta corrente) antes da data prevista para o pagamento, cientes de que a não abertura da conta corrente poderá inviabilizar os pagamentos pela Universidade de São Paulo.¹

_____, ____ de _____ de _____
(Local) (Data)

ASSINATURA, NOME COMPLETO E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

¹ Considerando que os pagamentos efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser realizados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., conforme o artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023; as proponentes que não possuem conta bancária no Banco do Brasil para fins de indicação no campo supracitado, deverão estar cientes que esses dados deverão ser informados pela empresa vencedora da licitação, na qualidade de futura contratada. Nesta hipótese, deverão apresentar esta declaração, juntamente com o Anexo Proposta Comercial.

ANEXO IX - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 10/2024)

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 18/2026 - MZ

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código 7549-VTAR-F651-FS7Q no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/7549-VTAR-F651-FS7Q>

Luis Fábio Silveira

Nº USP: 2338400

Data: 26/06/2026 10:22